

V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE

As Implicações da Descentralização na Gestão das Unidades Sanitárias: um olhar para o caso do Município de Maputo

IESE, 19 - 21 de Setembro de 2017

**Por: José Ombe e Lucas
Catique**

Estrutura da Apresentação

- ❖ **O processo de transferência de competências**
 - **Noção contextual e legal**
 - **Problematização**
- ❖ **Referencial metodológico**
- ❖ **O processo de transferência das unidades sanitárias de cuidados primários de saúde para o Município de Maputo**
 - **Dupla gestão: que serviço de saúde pode se esperar?**
- ❖ **Considerações finais**

O processo de transferência de competências: noção contextual e legal

- Década 1990: introdução de reformas de descentralização
- Emenda constitucional de 1996 sobre o poder local (Lei nº 9/96, de 22 de Novembro)
 - Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro - quadro jurídico para a implantação das autarquias locais
 - Decreto nº 33/2006, de 30 de Agosto, regula os procedimentos para a transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para as autarquias locais.

O processo de transferência de competências: noção contextual e legal

- “a transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos autárquicos é acompanhada pela correspondente transferência dos recursos financeiros e, se necessário, humanos e patrimoniais” (art. 5)
- Lei nº 1/2008, de 16 de Janeiro, a actual lei das finanças autárquicas: no âmbito da saúde, investimento público das autarquias locais endereça-se em unidades de cuidados primários de saúde:
 - a identificação, a elaboração e a aprovação de projectos; o financiamento e a execução dos empreendimentos; a gestão, a manutenção e o financiamento dos projectos e do equipamento.
- Descentralização no Sector da Saúde
 - Plano Estratégico do Sector da Saúde 2007-2012
 - Plano Estratégico do Sector da Saúde 2014-2019

Problematização

- Reformas de descentralização como uma estratégia para a melhoria na provisão dos serviços públicos (Azfar *et al*, 1999; Ekpo, 2007; e Tshukudu, 2014)
- Nem sempre há correlação positiva entre a descentralização e a promoção da capacidade de resposta à demanda dos serviços públicos (Azfar *et al*, 1999)
- 2010 - Segunda Pesquisa Nacional sobre Governança e Corrupção - alguns desafios na prestação de serviços: mau atendimento; longas filas de espera; burocracia; falta de pessoal qualificado e absenteísmo.

Problematização

- Segundo Weimer (2012:445), no Sector da Saúde “tem sido dada mais responsabilidade às instituições ao nível local, sem que, esta, tenha sido acompanhada pelo necessário grau de autonomia em planificação, orçamento de programas e execução orçamental, que continua a fazer-se a níveis superiores”.
- Em 2009 foi rubricado o Acordo de Transferências de Funções e Competências do Sector da Saúde para a Autarquia Local de Maputo.

Problematização

- Quais são as acções que o CMM terá tomado com vista a minimizar os desafios dos serviços públicos, no sector da saúde, apontados pela Segunda Pesquisa Nacional sobre Governação e Corrupção ?
- Que impacto essas acções tiveram na melhoria da prestação dos serviços públicos de saúde?
- Terá a prática do sector da saúde, apontada por Weimer, se repetido a nível da transferência da gestão das unidades de cuidados primários de saúde para as autarquias locais, isto é, transferir responsabilidades sem os devidos recursos necessários para proceder a gestão destas?
- Se a resposta for positiva, que implicações isto traz na gestão das unidades sanitárias?

Referencial metodológico

Metodologia qualitativa e quantitativa

Técnicas de pesquisa

- Documentação indirecta (pesquisa bibliográfica)
- Documentação directa (entrevistas semi-estruturadas e inquérito por questionário)

Amostra

- Amostragem aleatória simples para o inquérito por questionário (50 utentes dos serviços do Centro de Saúde de Maxaquene e Centro de Saúde 1º de Maio);
- Amostragem não aleatória do tipo intencional para as entrevistas semi-estruturadas.

Método de abordagem

Método indutivo

Mét. de procedimento

Estudo de caso

Método de análise

Análise de conteúdo

A transferência das unidades sanitárias de cuidados primários de saúde para o CMM

- Resolução nº 001/AM/2009 de 07 de Fevereiro, cria a Vereação de Saúde e Acção Social do CMM
- Acordo de Transferências de Funções e Competências do Sector da Saúde para a Autarquia Local de Maputo em 21 de Dezembro de 2009, cuja validade era de um ano podendo ser prorrogado, apenas, por mais um ano
- Mas, extemporaneamente, só em 15 de Fevereiro de 2013 é que viria a ser assinado um memorando de procedimentos e execução do acordo de transferência ora assinado, que culminou com a transferência da gestão técnica de:
 - 26 unidades sanitárias, 17 programas, 3 morgues e departamento de saúde pública (CMM, 2015).

A transferência das unidades sanitárias de cuidados primários de saúde para o CMM

- Parece que há uma incapacidade de aplicação do Decreto nº 33/2006, de 30 de Agosto
- Necessidade de um instrumento operacional, neste caso, um regulamento para o Decreto nº 33/2006, de 30 de Agosto.

A transferência das unidades sanitárias de cuidados primários de saúde para o CMM

- Não foi transferida:
 - Nenhuma viatura para os programas e unidades transferidas;
 - Nenhum orçamento;
 - Nenhum funcionário (administrativamente), como foi anteriormente acordado.
- Há uma tendência de resistência para a descentralização efectiva ao nível do sector da saúde.
- Criação de uma transferência ilusória.

A transferência das unidades sanitárias de cuidados primários de saúde para o CMM

- Neste momento o Município não tem qualquer poder sobre as unidades sanitárias, e nem faz actos administrativos.
- Aumento do fluxograma de procedimentos .
- Deficiente coordenação e muitas barreiras institucionais:
 - DSCM não responde aos convites do Conselho Municipal para as actividades que devem ser realizadas em conjunto, a exemplo da elaboração do orçamento e do Plano Director (CMM, 2015);
 - A DSCM continua a convocar e reunir os técnicos sob gestão do pelouro da Saúde e Acção Social do Município, sem coordenar (CMM, 2015).

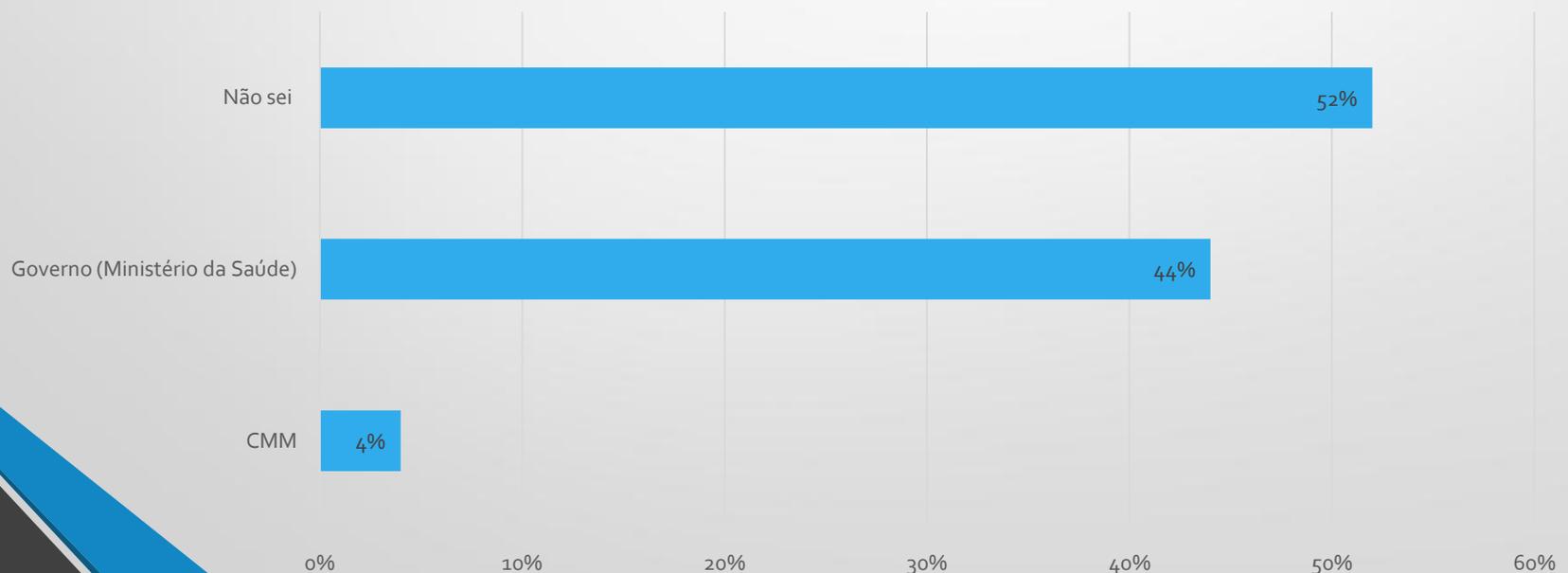
A transferência das unidades sanitárias de cuidados primários de saúde para o CMM

- Paradoxo no sector da saúde uma vez mais que no seu Plano Estratégico 2014-2019, incluindo no anterior Plano Estratégico 2007-2012, dá-se muita ênfase à descentralização;
- Acções do Município de Maputo:
 - supervisão, intervenção, formação e reuniões de auscultação
- Presença não notável no seio das comunidades beneficiárias dos serviços dos centros de saúde

Dupla gestão: que serviço de saúde pode se esperar?

- Infraestruturas degradadas e condições de higiene deploráveis
- Falta de conhecimento da entidade que faz a gestão corrente por parte dos utentes

Gráfico 1: Conhecimento da entidade responsável pela gestão corrente do centro de saúde



Considerações Finais

- A pesquisa visou suscitar um debate em torno da transferência sectorial que ainda pode ser objecto de discussão no entendimento da lógica de descentralização em Moçambique;
- O processo de descentralização no âmbito da gestão das unidades sanitárias tem apresentado constrangimentos de índole institucional, o que acaba fazendo emergir uma transferência ilusória;
- Dado ao limitado papel do CMM neste processo, a descentralização na gestão das unidades sanitárias poderá não estar a surtir os efeitos desejados no âmbito da oferta dos serviços públicos;
- Há uma necessidade de se esclarecer a comunidade beneficiária dos Centros de Saúde que a gestão destas unidades passou para o Conselho Municipal, de modo a minimizar a ambiguidade na responsabilização, que pode ser feito através da sua respectiva designação por 'centro de saúde municipal'.

Obrigado pela atenção dispensada!

Jose.ombe@gmail.com

Tel.:+258840378841

lucascatiquee@gmail.com

Tel.:+258849540939